

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005168-24.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Tutela Antecipada Antecedente - Provas**
 Requerente: **Eleneide Maria de Sá Carvalho dos Santos**
 Requerido: **Casas Bahia S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS.**

ELENEIDE MARIA DE SÁ CARVALHO DOS SANTOS ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face das **CASAS BAHIA**, todos devidamente qualificados.

Consta, em síntese, da inicial que a autora necessita de cópia dos contratos que especificou a fls. 05, os quais, segundo ela, ensejaram a negativação de seu nome.

Regularmente citada (fls. 28) , a requerida deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentação de contestação; também não exibiu documentos (fls. 29).

É O RELATÓRIO.**DECIDO.**

Trata-se de medida cautelar satisfativa.

A autora veio a juízo esclarecendo que a exibição dos documentos especificados é necessária para instruir possível ação judicial contra a requerida.

A ação é realmente necessária e adequada a fim juridicamente possível,

1005168-24.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

especialmente se considerarmos que em relação de consumo, como é o caso, tem a requerida obrigação de fornecer os documentos indicados na inicial, seja para garantir o direito básico da autora de facilitação da sua defesa em juízo (art. 6º, III do CDC), seja porque é seu o ônus probatório do fornecimento adequado e efetivo dos serviços comerciais que presta.

Em se tratando de documentos comuns às partes, não é dado à ré negar a exibição (art. 358, III, CPC).

Ademais, a requerida pura e simplesmente silenciou frente ao chamado.

Assim, arcará com as consequências da inércia que, no caso, não incluem a pena de confissão.

A pena de confissão só pode ser aplicada, tratando-se do processo em que se visa a uma sentença que tenha por base o fato que se presuma verdadeiro. Não há como o juiz simplesmente considerar existente um fato, desvinculado de uma pretensão. Isso só se verifica na declaratória de falsidade documental. O processo cautelar visa, tão-só, a obter a exibição do documento ou coisa. Nem sempre, aliás, se destinará a servir de prova em outro processo. Presta-se, com freqüência, a que o autor simplesmente possa avaliar se lhe assiste o direito. Quando muito, em havendo resistência do réu na apresentação dos documentos cabe ao juiz determinar a busca e apreensão (art. 362 do CPC) – não lhe é permitido impor multa ou presumir confissão” (3ª Turma, STJ, REsp 887.332 de 28/05/2007).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação cautelar para determinar a expedição de mandado de busca da documentação pedida na inicial, cabendo à ré, sob pena de ato atentatório a dignidade da justiça, indicar previamente nos autos, em 05 dias,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

onde se encontra (endereço e horário de funcionamento da repartição competente).

Sucumbente, arcará a requerida com o pagamento das custas e honorários ao patrono do autor que arbitro por equidade em R\$ 937,00.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de julho de 2017.

São Carlos, 20 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**